



“A FALTA É QUE LEVAVA À CRIAÇÃO”

A arte de escrever cartas com tintas mais temperadas no Brasil oitocentista

SIMONE FONTES *

Resumo

“Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar” (ROQUETTE, 1860:1). Do grego, “epistolé”; do latim, “littera” ou epistòla, ae”, carta, mensagem, missiva ou epístola são termos de uma prática ordinária que se verticalizou em instrumento de poder, capaz de criar uma nova maneira de pensar e de viver o lugar social no mundo luso-brasileiro. O desejo de ser culturalmente apto propiciou mecanismos de dominação “pacífica”, a partir da sistematização dos hábitos da sociedade europeia, publicados em manuais de civilidade e tratados epistolares. Graças ao aumento da alfabetização, do crescimento da indústria editorial e de certo cosmopolitismo, a partir de finais do século XVIII e, sobretudo durante o XIX, esta pedagogia de costumes, dedicada à “ciência da civilização”, toma força na Europa e nas Américas, cujo propósito final era estabelecer regras de controle social. Este conceito mais alargado de poder constitui a face menos visível da coerção individual e coletiva, que permeava a “gramática” da sociedade de corte. Mais do que um lugar de subjetividades e sociabilidades, a arte de escrever cartas possuía uma escritura invisível, que extrapolava a mera comunicação entre ausentes. A forma e o conteúdo epistolar revelam a competência gráfica e a distinção social do missivista, através da escolha do suporte físico – bom papel, tinta escura, envelopes, lacres, sinetes -, bem como o emprego correto das regras de ortografia e sintaxe, as fórmulas hierárquicas de tratamento, o estilo adotado, o capricho na caligrafia, a postura corporal, enfim, tudo é documento e monumento, ou seja, indício e escolha daqueles “que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1990:540-542). Neste contexto, a sociedade fluminense, ainda escravocrata, tentava aprender às pressas as regras da “arte de bem civilizar-se”. É assim que a recém-criada corte fluminense desenvolveu uma sensibilidade estética pouco rigorosa, tropicalizando o modelo europeu com tintas mais temperadas. (SCHWARCZ, 1998:192-202). Para além dos textos tradicionais, que privilegiam apenas a superfície social dos memoráveis acontecimentos do Brasil Império, lançamos um novo olhar para o teor híbrido, heterogêneo e multitemático da escrita de cartas como artefato das regras sociais e objeto indiciário das práticas culturais da sociedade fluminense oitocentista. No curso do debate sobre se o ato de escrever cartas estaria em processo de extinção ou ressignificação em novos códigos e regras cibernéticos, destacamos a importância de uma reflexão sistemática sobre esses escritos não apenas como fonte, mas também como objeto, a fim de melhorar a relação dos historiadores com a materialidade das fontes e das outras ciências com a historicidade dos objetos.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/ IM/ PPGPaCS); Bolsista CAPES. simone.fontes@yahoo.com.br.

Palavras-chave: cultura; epistolar; sociedade; fluminense; oitocentos.

Introdução

Por que arte de escrever cartas? Um candidato à licença para ensinar as primeiras letras em Portugal ou Espanha no século XIX saberia a resposta: “*porque [é preciso] um vivo engenho, inteiro conhecimento das Línguas Latina, e Materna, e uma larga lição dos melhores Autores, que escreveram Cartas e trataram do modo como se devem formar*”², além disso, “*toda sociedade tem também sua gramática e os que desprezam suas regras, se não levam palmatoadas, ou qualquer outro castigo, são olhados como homens sem educação, e muitas vezes rejeitados em seu seio*”. (FREIRE, 1801:7; ROQUETTE, 1867:10).³

Mais do que um lugar de subjetividades e sociabilidades, a arte de escrever cartas exigia não só um profundo conhecimento linguístico, mas também um vasto domínio técnico da cultura epistolar. As respostas extraídas do *Secretario Portuguez ou methodo de escrever cartas*, escrito por Francisco José Freire, também conhecido como Cândido Lusitano das missivas, em 1745, e do *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, do cônego José Ignacio Roquette, em 1845, indicam que escrever cartas era uma arte que extrapolava a mera comunicação entre ausentes.

“*Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar*” (ROQUETTE, 1867:1). Do grego, “epistolé”; do latim, “littera” ou “epistòla, ae”, carta, mensagem, missiva ou epístola são termos de uma prática ordinária que se verticalizou em instrumento de poder, capaz de criar uma nova maneira de pensar e de viver o lugar social no mundo luso-brasileiro. O desejo de ser culturalmente apto propiciou mecanismos de dominação “pacífica”, a partir da sistematização dos hábitos da sociedade europeia, publicados em manuais de civilidade e tratados epistolares. Graças ao aumento da alfabetização, do crescimento da indústria editorial e de certo cosmopolitismo, a partir de finais do século XVIII e, sobretudo durante o XIX e XX, esta pedagogia de costumes, dedicada à “ciência da civilização”, toma força na Europa e nas Américas, cujo propósito final era estabelecer regras de controle social.

² FREIRE, Francisco José. “Introdução Preliminar”. In: *Secretario Portuguez ou metodo de escrever cartas*. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1801. p.7.

³ ROQUETTE, José I. “Introdução”. In: *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Paris: Aillaud, Guillard, 1867. p. 10.

Os *secretários*,⁴ gênero literário dedicado à “ciência da civilização”, servia a toda sociedade letrada, especialmente ao universo burocrático das cartas públicas, dos despachos e das cartas diplomáticas, que cruzaram oceanos para administrar impérios distantes.⁵ Variados modelos e inúmeros recursos para convencer, influir, demandar, seduzir. Discursos dos mais formais aos mais intimistas, das missivas de negócios às notas pessoais, tratados de cortesia, manuais de *savoir-faire* e *savoir-vivre*, enfim, não havia atividade social que não fosse regulamentada por esses códigos de moral e de bons costumes, elementos que acenavam como essenciais no mundo cortês.

Este conceito mais alargado de poder constitui a face menos visível da coerção individual e coletiva, que permeava a “gramática” da sociedade de corte. O estudo da literatura de civilidade permite rastrear formas latentes de regulação social, a fim compreender a dimensão material e imaterial da arte epistolar como instrumento de uma política de costumes, vinculada às ações disciplinadoras do Estado português com fortes elementos cristãos. Os preceitos religiosos do fiel cristão se fundem às virtudes do bom cidadão: “*as boas maneiras nascem d’uma virtude evangelica sobre todas as outras, da caridade*”, por isso “*para ser polido é mister ser bom*”.⁶ Não por acaso, grande parte dos autores de manuais de civilidade pertenciam ao corpo eclesiástico da Igreja Católica.

No entanto, “*do mesmo modo que não se estabelecem regras se não há a intenção de burlá-las*”, no Brasil, “*a falta é que levava à criação*”, afirma Lilia Schwarcz. Neste contexto, a sociedade fluminense, ainda escravocrata, tentava aprender às pressas as regras da “arte de bem civilizar-se”: “*Aqui tudo se deu ao contrário, primeiro surgiu a forma e depois tratou-se de preenchê-la com conteúdo ao mesmo tempo comum e particular*”. É assim que a recém-criada corte fluminense desenvolveu uma sensibilidade estética pouco rigorosa, tropicalizando o modelo europeu com tintas mais temperadas. (SCHWARCZ, 1998:192-204).

Esta “frouxidão” nas regras conferiu certa originalidade à cultura local e, também, permitiu diluir as clivagens sociais luso-brasileiras. Numa sociedade meritória, que se afastava dos privilégios da hereditariedade ou dos vínculos de terra, a arte de escrever cartas,

⁴ A palavra *secretário* tem uma tríplice acepção: refere-se à pessoa comissionada para escrever cartas, a um tipo de livro que funciona como manual para a escrita e cartas e, por último, ao móvel sobre o qual se escrevem e onde se guardam as missivas. BOUVET, Nora Esperanza. *La escritura epistolar*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires (EUDEBA), 2006. p. 89.

⁵ Cf. REVEL, Jacques. “Os usos da civilidade”. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, 3 : da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.169-210.

⁶ ROQUETTE. Op. Cit., 1875, p. 13-17.

não era um simples recurso comunicativo e sim um instrumento de prestígio e ascensão social. Se na Europa, nobre era quem nascia em berço de ouro, no Brasil, era quem possuía compensação política, econômica ou intelectual privilegiada. Considerando a pequena parcela da população alfabetizada, o domínio da escrita sempre foi um elemento de alto valor social, tornando-se um bem de prestígio para homens de letras. Mesmo com o advento do livro impresso, o manuscrito não perdeu seu lugar de prestígio, ao contrário, agregou estatuto de raridade e personalização às cartas e documentos feitos à mão.

A sociedade tem também sua gramática

Manuais epistolares ensinavam a técnica da *boa pena*. Escolher a asa direita de uma ave, pois melhor se acomodavam aos dedos; saber cortar sua ponta em várias formas diferentes, de acordo com o tipo da letra a ser escrita; preparar as tintas a partir de algumas receitas básicas; escolher instrumentos e acessórios, como tecidos absorventes de tinta, régua, marcadores, compassos, lápis, carvão, enfim, um longo e vasto conhecimento prévio na preparação do pergaminho à escolha do papel sem “cabelinhos” ou “olhos”⁷; da composição da tinta; da dimensão do cálamo ou da pena⁸; da caligrafia; da postura corporal, “*scribère exige um esforço muscular considerável: dos dedos, do punho, da vista, das costas; o corpo inteiro participa, até a língua, pois tudo parece pronunciar-se*”, afirma Paul Zumthor (1993:99-100). Todo este instrumental, fornecido pelos manuais epistolares, elevou o capital social de homens de pluma, permitindo distingui-lo socialmente dos demais profissionais.

Assim, inspirados na ideia do cômico Roquette, segundo a qual “*a sociedade tem também sua gramática*”, elegemos como corpus documental de nossa pesquisa os tratados epistolares e manuais de civilidade, especialmente, os compêndios “O Secretário Português, compendiosamente instruído no modo de escrever cartas; por meio de uma instrução preliminar, regras de secretaria, formulário de tratamentos, e um grande número de cartas em todas as espécies que tem mais uso, com várias cartas discursivas sobre obrigações, virtudes, e

⁷ Fibras soltas ou minúsculos furos na folha, que impediam o correr da pena e absorviam a tinta ao verso. ALMADA, Márcia. *Na forma do estilo-normas na boa pena dos séculos XVII e XVIII em Portugal e Espanha*. Documenta & Instrumenta, 8 (2010). p. 17.

⁸ Manuais epistolares ensinavam a técnica da boa pena. Escolher a asa direita de uma ave, pois melhor se acomodavam aos dedos, e saber cortar sua ponta em várias formas diferentes, de acordo com o tipo da letra a ser inscrita; preparar as tintas a partir de algumas receitas básicas, sabendo distinguir a qualidade final de cada uma; escolher os demais instrumentos e acessórios, como tecidos absorventes de tinta, régua, marcadores, compassos, lápis, carvão etc. ALMADA, Márcia. Op. Cit., 2010. p. 18.

vícios do novo secretario”,⁹ do oratoriano Francisco José Freire, também conhecido por Cândido Lusitano das missivas, publicado em 1745, e o “Novo Secretario Portuguez ou Codigo epistolar contendo regras e advertencias para escrever com elegancia toda a sorte de cartas, offerecido à mocidade Portuguesa e Brasileira”, do cônego José Ignácio Roquette, publicado em 1846.

Nestes manuais, podemos perceber semelhanças, mas, sobretudo, diferenças entre os autores. Roquete demonstra clara oposição ao livro de Cândido Lusitano: “livro escrito com pessimo gosto, cheio de ranço da rethorica escolastica, e que só pode servir para saber certas formulas que ainda às vezes se usam”, e dispara críticas às regras e exemplos que, segundo ele, são redundantes e fastidiosos. (ROQUETTE, 1867:231). Desse confronto de representações entre antigas e novas práticas de escrita de cartas, é possível perceber a longa duração da arte epistolar, bem como mudanças nos padrões de escrita, que incluem novos temas e suportes, como cartas publicadas em jornais e periódicos.

Estas permanências e descontinuidades da teoria epistolar dialogam com a prática do missivista Luís Joaquim dos Santos Marrocos, bibliotecário responsável em transportar a segunda remessa dos Livros Reais da Coroa Portuguesa, para a cidade do Rio de Janeiro, em 1811.¹⁰ A análise da literatura de civilidade e dos arquivos pessoais de Marrocos visa elencar os aspectos textuais e estruturais que instrumentalizavam a prática ordinária de se “colocar por escrito” no oitocentos, a fim de melhor compreender o modo como a comunidade fluminense construiu suas representações sobre o mundo e sobre si mesma.

Fruto do trabalho de conclusão de curso em História, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, as memórias do bibliotecário não são fontes inéditas, pois há muito vêm sendo usadas pela historiografia luso-brasileira como um alternativo “lugar de memória”

⁹ Livro de grande circularidade no Brasil setecentista, também aparece com o título “O Secretário Portuguez Cômmodos à Instrução da Mocidade Confirmado com Selectos Exemplos de Bons Autores”, disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa. A edição com a qual iremos trabalhar é a quinta, emendada e aumentada, pela Oficina de Antonio Gomes, publicada em 1786. Disponível em: <https://archive.org/details/secretarioportug00frei>. Acesso em 11/01/15.

¹⁰ Luís Joaquim dos Santos Marrocos (1781-1858) escreveu 206 manuscritos, durante dez anos de intensa troca de cartas com a família, amigos e compatriotas. Herdeiro de uma refinada erudição literária e apreciável estilo epistolar, o mero ajudante da biblioteca tornou-se um dos homens de confiança de d. João, alcançando o posto de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Ao lado de d. Pedro, imperador constitucional do Brasil independente, Marrocos deixou sua assinatura na história, como redator oficial da primeira Constituição Política do Brasil, outorgada em 1824. A primeira edição das cartas foi publicada nos Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro, em 1939 e, posteriormente, editada pela Biblioteca Nacional de Portugal, em comemoração aos 200 anos da partida da família real para o Brasil, em 2008, cujas transcrições adotaremos neste projeto. (MARROCOS, 2008).

(NORA, 1993:21). Ilustres autores, como Manuel de Oliveira Lima (1908), no clássico d. João VI no Brasil, pioneiro no uso das correspondências do arquivista e de outros cronistas; Maria Odila Leite da Silva Dias (1972), em “A interiorização da metrópole”, que recorreu às cartas de Marrocos, para comprovar o enraizamento do estado português no Centro-Sul do Brasil; Lilia Schwarcz (2002), em “A longa viagem da Biblioteca dos Reis”, que analisa a rotina burocrática e o temperamento mal-humorado do bibliotecário, entre outros autores de referência como Jurandir Malerba, Alexandre Mansur Barata, Francisca Lúcia Nogueira de Azevedo, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Maria Beatriz Nizza da Silva, enfim, uma longa lista de historiadores, jornalistas e até romancistas, como a argentina Cristina Norton (2010), que escreveu sobre a saga de nosso anti-herói na cidade do Rio de Janeiro, no romance histórico “O guardião de livros”.

A história e a cultura material

Entretanto, a maioria dos pesquisadores analisa o testemunho pessoal do arquivista apenas para comprovar suas teorias sobre os grandes acontecimentos históricos e as profundas transformações que marcaram Brasil e Portugal, após a transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. Longe de negar a indiscutível contribuição desses autores para a historiografia brasileira, propomos uma interação entre patrimônio cultural e pesquisa histórica, a fim de investigar como esses dois polos podem auferir resultados sobre os usos e funções sociais da arte de escrever cartas no século XIX e de que forma a materialidade epistolar se constitui como um artefato das regras sociais e objeto indiciário das práticas culturais da sociedade fluminense oitocentista.

De acordo com o arqueólogo e historiador Marcelo Rede, para extrapolar o texto como fonte histórica, é necessário compreender que a materialidade não está à parte da vida social, que o documento tem uma história e que ela deixa marcas materiais em sua estrutura, além de outras imateriais. Rede assume criticamente um *mea culpa* ao constatar o divórcio entre a história e a cultura material. Segundo o autor, se, de um lado, “os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade, e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana”, do outro, as outras ciências, como a arqueologia e a história da arte, também a antropologia e os estudos

da tecnologia, entre outros, centraram suas análises na cultura material, debruçando-se excessiva ou exclusivamente sobre os atributos físicos dos objetos, suas características técnicas ou plásticas, marginalizando dimensões fundamentais caras à abordagem historiográfica, como o contexto social e a dinâmica temporal. (REDE, 2012:133-150). A interação entre a materialidade do social e a análise heurística dos objetos constitui um dos objetivos metodológicos para ampliar a produção de conhecimento.

Desse modo, a forma e o conteúdo epistolar podem revelar a dimensão material e a distinção social do missivista, através da análise dos usos polissêmicos, dos circuitos postais, da temporalidade, da escolha do suporte físico – bom papel, tinta escura, envelopes, lacres, sinetes, bem como o emprego correto das regras de ortografia e sintaxe, das fórmulas hierárquicas de tratamento, do estilo adotado, do capricho na caligrafia, da postura corporal, das condições físicas e mentais do escrevente, da ordem em que os assuntos aparecem, das anotações à margem e até os espaços em branco, dos meios de postagem, a observância do tempo e frequência das cartas, submissões e transgressões às normas epistolares, enfim, tudo é documento e monumento, ou seja, indício e escolha daqueles “que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.

O teatro epistolar

Leitor voraz de gazetas nacionais e estrangeiras, o arquivista tornou-se um divulgador de novidades, expedindo e recebendo vários *papelinhos*. Luís Joaquim dos Marrocos, em geral bem informado, transmitia as notícias do que ouvia dizer ou dos periódicos que tinha acesso com facilidade.

*É pública não só a fartura de Cartas e notícias, que daí tenho, mas também a curiosidade de **papelinhos**, que para quem está longe do Mundo Velho serve de refrigério, recreio e gosto: e por isso a minha Casa pode chamar-se a 2^a. Loja da Gazeta, pela ânsia com que sou procurado. (MARROCOS, 2008:233. Grifo nosso).*

Hábeis secretários na arte de separar generalidades de assuntos mais sigilosos, Marrocos e seu pai, ambos bibliotecários, manipulavam estratégias discursivas para transformar a mera prática afetiva em um retórico instrumento de poder. De acordo com Marrocos, as *cartas selectas* serviriam para atrair a atenção do príncipe regente: “Faço tenção de mostrar a Sua Alteza Real todas as Cartas, que de Vossa Mercê for recebendo; portanto julgo deverem ser escritas com toda a circunspecção,” a fim de atender seu propósito arrivista

de construir uma promissora história política no Brasil: “algum dia Vossa Mercê será ciente de toda a minha história política neste país”. (MARROCOS, 2008:94).

Desse modo, o bibliotecário e, posteriormente, secretário real se valeu de sua refinada erudição literária e apreciável estilo epistolar para seduzir o monarca com informações sobre o Velho Reino. Afinal as correspondências familiares de um simples funcionário poderiam trazer detalhes que escapassem ao conhecimento de d. João:

Respondendo agora em particular às Cartas selectas para o fim, que Vossa Mercê sabe, as quais vêm matizadas com judicioso artifício: por manha deixei-as, como por acaso, sobre a mesa grande junto à escrivaninha, na Sala em que trabalho, e posso dizer-lhe que já se me perguntou se eu tinha tido notícias de Lisboa? (...) misture as notícias bélicas com algumas místicas, como alguma Função da Igreja, Procissão, etc. coisa que cheire a murmuração, nada: e pelo contrário, venha um ressaibo de erudição política nos seus vastos ramos; formando-se assim um lindo ramallete. (MARROCOS, 2008:137).

A expressão “judicioso artifício” explicita a intencionalidade dos missivistas, que teatralizavam um conveniente acaso com temáticas agradáveis ao monarca, a fim de estabelecer uma relação de mútuo interesse. Neste universo de manhas e artimanhas, Marrocos teceu uma complexa rede de interdependências marcada por códigos e regras, que, segundo ele, era praticado por pessoas inteligentes:

Não estou tão afastado da aplicação e do trato de pessoas inteligentes, que não deixe de saber a regra epistolar, por todos praticada, de não confundir objectos de confiança e segredo com coisas triviais e domésticas; não só para se dar o devido valor ao negócio, de que se trata, com a cautela, que ele exige; mas para se poder comunicar qualquer outro objecto a outra pessoa, sem se arriscar o segredo daquele; o que não poderia efetuar-se, se estivessem incluídos na mesma Carta: e daqui vem que quase se costumam formar 2^{as} e 3^{as} Vias, (...) estas mesmas circunstâncias tenho eu praticado muitas outras vezes, que se me têm oferecido, com Vossa Mercê e com outras pessoas com quem me correspondo; e é o que eu vejo praticar-se por alguns, que neste ponto me servem de modelos. (MARROCOS, 2008:311-312).

Este comportamento ocupou lugar central nas atitudes do bibliotecário: “não tenho descansando um momento a granjear Amigos de honra e valimento, ajudando-me nesta empresa a boa metralha das Cartinhas”. Em uma década, o mero ajudante da biblioteca se tornou um dos homens de confiança de d. João, alcançando o posto de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (MARROCOS, 2008:361). Ao lado de d. Pedro, imperador

constitucional do Brasil independente, Marrocos deixou sua assinatura na História, como redator da primeira Constituição brasileira, em 1824. As estratégias políticas entre Marrocos e seus correspondentes permitem, assim, inventariar competências gráficas e sociais que se concretizavam em papel e tinta.

Graças ao trabalho de universidades e estudiosos nacionais e internacionais, a reorientação do conceito de patrimônio material e imaterial vem abrindo espaços para uma gama de bens e manifestações culturais, cujos valores simbólicos teriam desaparecido, sem qualquer vestígio na memória coletiva. Se, de um lado, é preciso ter cuidado com a banalização de transformar tudo em patrimônio, do outro, a limitação em fixar monumentos e obras de arte como únicas representações históricas está longe de refletir a grande diversidade que caracteriza a produção cultural da humanidade. *“É evidente que o patrimônio não se constitui apenas de edificações e peças depositadas em museus. (...) Lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas, podem ser considerados exemplos de um patrimônio dito imaterial”*, completa a socióloga Cecília Londres Fonseca.

Em “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”, Ulpiano Bezerra de Meneses (2009) convida para uma reflexão crítica sobre certas premissas que devem orientar o trabalho sobre patrimônio cultural. Inicialmente, criar condições para uma política de práticas e representações mais cotidianas e, posteriormente, reformular o quadro de valores culturais vigentes de maneira a unificar a polaridade bipartida entre material e imaterial. Compreendendo cultura material como um segmento do meio físico que é transformado e apropriado culturalmente pelo homem, Meneses aponta que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais e que isso vale também para o patrimônio imaterial, *“pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se”*.¹¹

Ainda das produções nacionais, a tese da professora Márcia Almada, da Escola de Belas-Artes da UFMG, ajuda a compreender como lançar mão da interação entre as metodologias do historiador e outras áreas de conhecimento. *“Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII”* desponta como uma pesquisa inovadora

¹¹ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”. In: *IPHAN, I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto/MG, 2009, v.1. Brasília: IPHAN, 2012. p. 31. Disponível em: iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306. Acesso em 10/09/16.

ao unir as metodologias de pesquisa do historiador e a do conservador-restaurador de documentos gráficos. De acordo com a autora, a escrita era considerada uma arte liberal devido a normatizações socialmente aceitas, ao contrário das artes mecânicas, que trabalhavam “com ignorancia, y sin regla cierta”. A boa pena, ou seja, o domínio da técnica e das mãos era uma arte para poucos.¹²

Outra contribuição relevante para a nossa pesquisa é a tese de doutorado de Carla Gastaud (2009), “*De correspondências e correspondentes: cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950*”. A autora investiga o “espírito das cartas”, isto é, as práticas e as condições de enunciação que presidem a escritura, as sociabilidades e os artefatos culturais relacionados ao gênero epistolar. No inventário de cartas de pessoas comuns, seguido da análise de 12 manuais epistolares, Gastaud constata que “*escrever bem é se colocar por escrito*”.¹³ Na falta de um berço nobre, linguagem e refinamento ofereciam meios para diluir as clivagens sociais, afirma a autora.

Para ampliar a fertilidade de novos horizontes interpretativos, utilizamos as obras de escritas ou organizadas pelo pesquisador francês Roger Chartier (1991). Autor de respeitável bibliografia sobre práticas de leitura e escrita, Chartier (1991) chama a atenção para “*a inércia do gênero, a estabilidade de suas convenções, a frequência dos empregos exigidos, para o estudo da norma epistolar, de ampliar a escala da observação,*” que perduram em 195 manuais epistolares, publicados no século XIX. Para ele, a longa duração desses modelos obriga a confrontá-los com aqueles que circulavam em séculos anteriores.¹⁴

Por fim, destacamos também a produção de “Cinco séculos de cartas (XVI-XIX)”, dos historiadores espanhóis António Castillo Gómez e Verónica Sierra Blás (2014), obra de referência para pesquisas sobre cultura epistolar. De acordo com os autores, estudar cartas possibilita fazer a história de uma prática cotidiana, em que o autor e o leitor compartilham um código social e afetivo, como parte das estruturas de comportamento dos indivíduos. Para eles, as cartas são uma amostra de como os indivíduos são produtos sociais históricos.

¹² MARQUILHAS, Rita, 2000, p. 16 apud ALMADA, Márcia, 2010, p. 9-28.

¹³ GASTAUD, Carla. **De Correspondências e Correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares no Brasil entre 1880 e 1950**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 59.

¹⁴ No original: “*Enfin, la longue durée des modèles qui sont supposés l’informer. L’inertie du genre, la stabilité de ses conventions, la fréquence des réemplois exigeaient, pour l’étude de la norme épistolaire, d’élargir l’échelle de l’observation*”. Les 195 manuels épistolaires publiés entre 1830 et 1900 ne prennent véritablement sens qu’inscrits dans un temps plus long”. CHARTIER, Roger (dir). **La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle**. France: Fayard, 1991. p. 11. Tradução nossa.

Embora centrada na comunicação epistolar hispânica, os resultados alcançados por Gómez e Blás possibilitam uma ampla contribuição para o nosso estudo, visto que a proximidade cultural e linguística entre Portugal e Espanha permitia práticas comuns no mundo ibérico.¹⁵

À guisa de conclusão

A sobrevivência das “*formas de expressão, modos de criar, fazer e viver*” implica no desafio de ampliar a noção tradicional de patrimônio, centrada apenas em edificações e artefatos físicos, “*para além da pedra e cal*” (FONSECA, 2003:56-77), ou seja, para uma nova interpretação da relação da sociedade com sua cultura.

No curso do debate sobre se o ato de escrever cartas estaria em processo de extinção ou ressignificação em novos códigos e regras cibernéticos, destacamos a importância de uma reflexão sistemática sobre esses escritos não apenas como fonte, mas também como objeto, especialmente em uma sociedade, pautada na instantaneidade da informação, a fim de melhorar a relação dos historiadores com a materialidade das fontes e das outras ciências com a historicidade dos objetos.

Lançamos, portanto, um novo olhar para a arte de escrever cartas como um documento e monumento dos saberes, práticas e representações da sociedade fluminense oitocentista. “*Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar*”. (ROQUETTE, 1867:1).

Referências bibliográficas

ALMADA, Márcia. *Na forma do estilo-normas da boa pena nos séculos XVII e XVIII em Portugal e Espanha*. Documenta & instrumenta, 8, 2010.

BOUVET, Nora Esperanza. *La escritura epistolar*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires (EUDEBA), 2006.

¹⁵ Na Espanha, houve uma produção mais significativa, compreendendo cerca de sessenta edições impressas e manuscritas entre os séculos XVI e XVII. A despeito do material manuscrito produzido para aprendizagem em vários níveis, pela ausência de impressões nacionais durante mais de um século, discípulos e mestres portugueses utilizaram livros editados em outras línguas. Das línguas estrangeiras, os manuais espanhóis eram os mais preferidos. ALMADA, Márcia, Op. Cit., 2010. p. 12.

- BRASIL. Constituição Política de 1824. In: *Collecção das leis do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br>. Acessado em 11 de jan. 15.
- CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afectos – Ordem Amorosa e Dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime*. (Dissertação de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- FONTES, Simone A. *Luís Joaquim dos Santos Marrocos: memórias de um bibliotecário português nos trópicos (1811-1821)*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História. UFRRJ/Instituto Multidisciplinar: Nova Iguaçu, 2015.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos, 2003.
- FREIRE, Francisco José. *Secretario Portuguez ou metodo de escrever cartas*. Lisboa: Tipografia Rollandiana. 1801.
- GASTAUD, Carla. *De Correspondências e Correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares no Brasil entre 1880 e 1950*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821*. Lisboa: BNP, 2008.
- MENESES. Ulpiano Toledo Bezerra de. “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”. In: *IPHAN, I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto/MG, 2009, v.1. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306. Acesso em 10/09/16.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo, 1993.
- REDE, Marcelo. “História e cultura material”. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- REVEL, Jacques. “Os usos da civilidade”. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, 3 : da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ROQUETTE, José I. *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Paris: Aillaud, Guillard, 1867.

_____. **Novo Secretario Portuguez ou Codigo epistolar contendo regras e advertencias para escrever com elegancia toda a sorte de cartas, offerecido à mocidade Portuguesa e Brasileira.** Paris: Aillaud, Guillard, 1860.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.